

CONTRIBUIÇÃO TEÓRICA DA GEOGRAFIA À COMPREENSÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS¹

CONTRIBUTION OF GEOGRAPHIC THEORY FOR THE UNDERSTANDING OF URBAN
SOCIAL MOVEMENTS

Katielle Susane do Nascimento SILVA²

RESUMO

Discute-se, neste trabalho, a contribuição dos estudos geográficos à compreensão dos movimentos sociais urbanos. Sua relevância consiste no debruçar-se sobre um tema que implica ações e práticas de resistências cotidianas, o que, no campo da Geografia, teve pouca atenção. Do ponto de vista metodológico, este texto é fruto de uma pesquisa de caráter eminentemente teórica e foi construído a partir de leituras de artigos e obras escritas por geógrafos que se dedicaram a esta temática. Concluiu-se, então, por meio desta análise, que a geografia, apesar de não ter tradição nos estudos sobre movimentos sociais, lançou um novo prisma de análise para a compreensão dos movimentos sociais (urbanos) entendendo-os a partir de sua dimensão espaço/territorial.

Palavras-Chave: Movimentos Sociais Urbanos, Análise Geográfica, Espaço, Território.

ABSTRACT

This work aims to promote a discussion about the geographic studies contribution based on the urban social movements. Its relevance consists of a deep wish of understanding about a theme which requires specific actions as well some daily resistance practices that according to the Geography field they have not had their deserved attention. From a methodological point of view, this text is the result of a research that has a theoretical profile and it has been constructed from different and selected readings of articles and written works produced by geographers who gave themselves about this cause. So, through this work the author intends to show that even Geography has not been involved about the studies of urban social movements it has launched a new point of interesting aiming the comprehension about the urban social movements according to its space-territorial dimension.

Key-words: Urban Social Movements, Geographic Analysis, Space, Territory.

¹ Este trabalho é resultado de uma monografia apresentada junto ao curso de Bacharelado em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), aos dias 22 de dezembro de 2010.

² Bacharel em Geografia, Licencianda em Geografia e Mestranda pelo Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Pernambuco (PRODEMA/UFPE). E-mail: katielle.silva@ufpe.br

INTRODUÇÃO

Os Movimentos Sociais Urbanos (MSU), cruciais ao processo de construção de cidades mais justas, remete-nos a muitas contribuições teóricas, dentre as quais se acham, segundo Souza (2006, p. 274), principalmente, aquela oriunda da Sociologia, campo do conhecimento científico que mais tem contribuído às discussões sobre o tema no âmbito das relações entre os grupos sociais e o Estado, a partir das lutas de classes.

Na Geografia, a produção teórica deste tema ainda não é muito forte, apesar de já haver análises que abordam, direta ou indiretamente relações sobre os movimentos sociais e o espaço geográfico – urbano e rural. Dentre essas análises podemos citar aquelas realizadas por Becker (1988), Rodrigues (1988), Bitoun (1993), Fernandes (2000), Castilho (2002 e 2010), Rodrigues (2004), Gonçalves (2006), Souza (2006), Santos (2007) e Martin (2002).

A relevância de ressaltarmos a importância da leitura geográfica para a compreensão dos movimentos sociais urbanos reside, sobretudo, no fato de que este campo do conhecimento científico estuda esses movimentos a partir do espaço territorializado, por meio do qual os seus atores organizam-se, articulam-se e mobilizam-se, o que se torna crucial à concretização das suas estratégias de lutas na busca da construção do território cidadão³. Por isso, os grupos sociais, ao se organizarem, ocupam e usam um espaço, territorializando-o como ponto de referência às suas próprias atividades.

Portanto, a discussão do olhar geográfico sobre o movimento social a partir deste trabalho vem contribuir para a atualização da contribuição da Geografia no estudo dos movimentos sociais urbanos, pois, segundo Fernandes (2000), apesar de haver aumentado o número das pesquisas sobre essa temática na Geografia, os referenciais teóricos utilizados ainda são, em grande medida, de outras áreas do conhecimento.

Assim, este trabalho reforça e apresenta a maneira geográfica de desvendar o que se dá no espaço, pois “pode-se dizer que não há fatos geográficos, mas uma maneira geográfica de considerar cada conjunto de fatos” (RAT, 1969; BOYÉ, 1970 *apud* SANTOS, 2008, p. 144).

Trata-se de um trabalho eminentemente teórico, construído a partir de leituras de trabalhos de geógrafos sobre a prática dos movimentos sociais. Mas esta proposta de

³ Neste trabalho, o termo “território cidadão” é tomado como um espaço em que todos os indivíduos dispõem de “acessibilidade semelhante aos bens e serviços, sem os quais a vida não será vivida com aquele mínimo de dignidade que se impõe” (SANTOS, 2007, p. 107).

pesquisa é interdisciplinar, como todo trabalho que trate da compreensão da sociedade pelo espaço. Daí porque este estudo não prescindirá do diálogo com outras áreas do conhecimento, reforçando também sua contribuição. Pois, como disse Bitoun,

[...] não defendemos aqui a busca do isolamento que tanto fez mal à Geografia, pois sabemos que, ao contrário, [...] quando a nossa disciplina se aproximou de outras é que ela se tornou capaz de se redefinir integrando novos objetos e adotando novos procedimentos metodológicos (BITOUN, 1993, p. 32).

Ao mesmo tempo, reforçando o que assinalou o autor acima, “[...] o diálogo entre diferentes profissionais pode servir para o exercício da superação da divisão da ciência, apontando para a ciência da História” (SPOSITO, 2004, p. 169). Com isso pretendemos aproximarmo-nos da complexidade do tema.

Para tanto, este trabalho foi dividido em dois momentos: no primeiro discutimos o conceito de movimento social no âmbito, simultaneamente, da Sociologia e da Geografia, conforme aproximações teóricas dos diferentes estudiosos das duas áreas do conhecimento acima citadas; e, no segundo, discutimos a leitura realizada pela Geografia acerca do tema dos movimentos sociais, cujo objetivo foi revelar a importância das categorias da análise geográfica para a compreensão dos movimentos sociais.

1. MOVIMENTOS SOCIAIS: UMA CONVERSA INTERDISCIPLINAR COM A LITERATURA

Segundo Gohn (1997), foi a partir dos anos de 1960 que os movimentos sociais ganharam *status* de objeto científico em várias academias ocidentais, tendo em vista a sua grande visibilidade enquanto “fenômenos históricos concretos” (p. 10).

Mas, em função de sua forte heterogeneidade, há uma grande dificuldade para a construção de uma matriz teórica ao estudo dos movimentos em questão (BITOUN, 1993; GOHN, 1997; JACOBI, 1987). Disto decorre que a maior parte dos trabalhos é dedicada a estudos de casos, e poucos são os pesquisadores que se têm debruçado numa abordagem puramente teórica (TATAGIBA, 2007; CASTELLS, 1983 *apud* SOUZA, 2006, p. 276).

Bitoun (1993), no artigo “Movimentos Sociais e a Cidade: questões relevantes para a geografia urbana”, com a finalidade de explicitar a dificuldade de conceituação que permeia os movimentos sociais, referiu-se a estas práticas sociais como *objetos rebeldes*,

tendo em vista as múltiplas diferenças entre os movimentos desde seu raio de ação, passando pelas questões que cada qual tematiza, implicando em distintas conceituações.

Desta constatação entendemos a dificuldade no que tange à sua conceituação. No que se refere à adoção de um conceito unívoco para os movimentos sociais, pode-se afirmar que não há um consenso sobre ele. O que se tem visto, porém, é que existem vários conceitos segundo o paradigma adotado, bem como são bastante diferentes as tipologias adotadas para classificar os movimentos, de modo que auxiliem na compreensão deste fenômeno tão diverso e exacerbadamente dinâmico (GOHN, 1997).

Souza (2006), ainda, ao analisar a produção teórica sobre movimentos sociais realizadas nas décadas de 1970/80 alerta o fato de que, na maior parte dos trabalhos, o termo movimento social fora utilizado de forma generalizada, para designar desde “uma organização paroquial e puramente reivindicativa de bairro ou favela [...] até mobilizações muito mais abrangentes” (SOUZA, 2006, p. 274).

Desta forma, as diferenças entre as distintas organizações sociais existentes foram muito pouco estudadas ou até mesmo negligenciadas. Em assim sendo, “[...] um termo que parece conferir prestígio a um dado objeto passa [passou] a ser utilizado de maneira inflacionada e sem rigor [...]” (SOUZA, 2006, p.276).

Fortalecendo este argumento, segundo o qual não se deve considerar toda e qualquer forma de organização como movimento social, Touraine, em suas produções, deixa evidente que “não seria qualquer atividade organizada de atores sociais que deveria ser entendida como um *movimento* social” (TOURAINÉ, 1973, *apud* SOUZA, 2006, p. 274). É inquestionável a pertinência de diferenciar as mais diversas formas de organização e ações coletivas, de modo que as investigações e interpretações destas práticas sejam mais acuradas.

No entanto, deve-se admitir que, na análise empírica, esta tarefa torna-se bem mais árdua do que no âmbito conceitual (SOUZA, 2006).

Dentro do contexto acima exposto, Souza (2006) distingue *ativismos* de *movimentos sociais*. Os primeiros englobando as “ações públicas organizadas e relativamente duradouras” abrangendo, portanto, uma dimensão bastante ampla. Já os movimentos sociais, para ele, destacar-se-iam dentro da categoria dos activismos por constituírem uma “modalidade especialmente crítica e ambiciosa”, tendo suas reivindicações indo além da busca de demandas emergenciais, ou seja, protagonizando práticas altamente contestatórias conjuntural e estruturalmente (SOUZA, 2006, p. 278). Martin (2002) chama esses activismos de movimentos sociourbanos.

A diferença entre movimentos e ativismos sociais reside na profundidade e natureza de suas reivindicações. Desse modo, os movimentos sociais constituem o principal fator à formação “[...] de redes de organizações e participação de indivíduos distintos em um esforço para realizar um objetivo coletivo através de meios não-tradicionais” (NICHOLLS 2008, p. 844, tradução nossa).

Já em Kärner (*apud* GOHN, 1997), a categoria movimentos sociais aparece bem mais ampla do que a adotada por Souza, pois para Kärner os movimentos sociais são entendidos como um processo coletivo de protestos conduzidos por indivíduos, que se voltam contra as desiguais formas de relações sociais existentes, englobando desde ações meramente reivindicativas às que lutam por mudanças mais profundas, ou seja, engloba-se toda forma de manifestação que coloca em xeque a ordem estabelecida dentro de uma sociedade capitalista onde as relações sociais são intermediadas pela opressão, subordinação e exploração (CASTELLS, 1977, *apud* JACOBI, 1987, p. 251).

Observando a conceituação de Kärner, vemos que não há interesse em diferenciar as diversas formas de ação coletiva, o que talvez pode levar-nos a incorrer no erro de se considerar toda e qualquer manifestação popular como movimento social, tal como nos alertou Souza.

Segundo Bitoun (1993), os esforços realizados no sentido de buscar essa ordenação das diferentes interpretações sobre os movimentos sociais residiram no desafio de entender as múltiplas e novas modalidades de ações coletivas que se apresentavam “na paisagem social” européia e norte-americana após 1968, e no Brasil, após o regime militar.

Alain Touraine (1988, *apud* BITOUN, 1993, p. 03) apresenta-nos três significados distintos de movimentos sociais, a fim de ordenar e facilitar a apreensão deste objeto de investigação, que, apesar de se concretizar no espaço através de suas ações, apresentam-se amplamente complexos e fugazes.

O primeiro significado apresentado por Touraine é aquele que compreende movimento social como uma ação coletiva através da qual interesses possam ser racionalmente defendidos pela sua importância em si, interpretação que nos ajuda a perceber a reivindicação num campo de interesses negociáveis.

Numa segunda compreensão, os movimentos sociais assumem o significado de ações coletivas que têm, em seu raio de ação, a falência de uma determinada ordem institucional, tendendo a defender-se ou conservar estruturas diante das carências daí

decorrentes, ou seja, a atuação do movimento é paralela à incapacidade política de estabelecer ajustes.

Por último, o que é mais comumente observado hoje, os movimentos sociais constituem conflitos que refletem as reivindicações concernentes ao uso e acesso diferenciado aos recursos, sobretudo econômicos e culturais, no seio da sociedade industrial e motivados pelas contradições imbricadas no modo de produção capitalista.

Já na Geografia o conceito de movimento social é adotado numa perspectiva relacional, a partir de seu caráter geográfico no que se refere, notadamente, à importância dada à escala do cotidiano no território, enquanto meio através do qual o indivíduo, em relação com o próximo, fortalece sua identidade e reconhece sua posição social e dificuldades que lhes são “impostas” pelo sistema econômico vigente, criando assim demandas e desejos de interesse coletivo. Isto pode ser observado na definição de movimentos sociais como

[...] fenômenos histórico-concretos que decorrem das lutas sociais cujas táticas e estratégias de ação esboçam-se na vida cotidiana da sociedade. Variando nas escalas do tempo e do espaço, essas lutas sociais são colocadas em evidência num processo que se expressa pela alternância de fluxos e refluxos, avanços e recuos; dependendo, é claro, do contexto histórico-espacial e cultural em que eles ocorrem (CASTILHO, 2002, p. 34).

Assim, o movimento social deve ser pensado como um acontecer de práticas que buscam mudanças efetivas das condições de existência dos seus atores a partir de seus territórios de vida. Nesta perspectiva, a ciência geográfica lança uma leitura inovadora acerca dos movimentos sociais.

Se por um lado, essa complexidade dificultou ainda mais o alcance de uma completa compreensão dos movimentos sociais, por outro fervilhou mentes intelectuais no sentido de reformular conceitos e de revisar teorias já há muito estabelecidas. Para o quê, aliás, a Geografia contribuiu muito.

2. LEITURA GEOGRÁFICA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS: ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES

A Geografia é o campo do conhecimento científico que analisa e explica os fenômenos sociais através da ótica espacial. Os geógrafos que se dedicam à temática dos movimentos sociais, hoje, no bojo da geografia, analisa-os partindo de sua dimensão

espacial, pois é pensando no espaço que o próprio movimento constrói suas estratégias iniciais, através da própria escolha do lugar que será ocupado. É apenas a partir da espacialização do movimento que a luta continua, pois a conquista de um espaço e a formação de um território são condições essenciais à continuação do movimento e à busca de conquistas para o espaço/território.

Desse modo, o espaço, tomado como ponto de partida para investigar os movimentos sociais na literatura geográfica sobre movimentos, não é o espaço abstrato considerado quase sempre como exterior à sociedade. Mas, o espaço socialmente produzido, considerado aqui a partir de seu uso, formando território, sendo este, por sua vez, base e motor das relações materiais e imateriais que acontecem na escala local e que, por sua vez, materializa-se no espaço (SANTOS, 2006). Assim, o espaço aqui tomado não é o espaço fixo e imutável, mas o espaço que se redescobre “[...] como producido, mutable, como una intrínsecamente compleja expresion de las relaciones sociales” (SMITH, 2002).

A Geografia, como dito anteriormente, apesar de não ter tradição muito longa nos estudos acerca dos movimentos sociais, realizou em seu seio, através de alguns geógrafos dedicados a esta temática, um esforço no sentido de construir uma teoria geográfica sobre os movimentos sociais, tendo em vista que o arcabouço teórico-metodológico fora “emprestado” de outras ciências para a explicação deste fenômeno. O que foi sendo construído a partir de experiências européias, apresentados principalmente por Manuel Castells e Jean Lojkine, segundo Pedon (2009). Do que se herdaram as teorias da Mobilização de Recursos⁴ e dos Novos Movimentos Sociais⁵.

Neste sentido, B. M. Fernandes vai preocupar-se com a edificação de uma base teórica e conceitual substancial para os estudos dos movimentos sociais” (PEDON, 2009, p.25). Ademais, cabe esclarecer que este geógrafo possui o movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra como seu objeto de investigação, o que não impede, porém, o uso dos seus conceitos e métodos de análise para investigar as lutas urbanas. Isto por que, de uma maneira geral, tratam-se de lutas de resistências territorializadas que usam o espaço para garantir um lugar de sobrevivência mais justo, pois, como bem assinalou Pedon (2009, p. 67, grifo nosso),

⁴ Esta teoria preocupa-se em responder à questão “como” da mobilização, direcionando sua ênfase para a compreensão dos condicionantes necessários à realização da organização social (entende-se por condicionantes à mobilização: recursos humanos, financeiros, organizacionais, dentre outros) (GOHN, 1997).

⁵ Esta teoria engaja-se na investigação sobre movimentos sociais para desvendar o “porquê” das mobilizações sociais, voltando-se para o indivíduo, sendo este compreendido como ator social embebido numa cultura, religião, ideologia, valores específicos, dentre outros (MELUCCI, 1989 *apud* TATAGIBA, 2007, p. 13).

O caráter monopolista do capitalismo atua nesses espaços [urbano e rural] de forma incisiva na busca pela valorização do capital, esta territorialidade é ao mesmo tempo monopolizadora (sem ser totalizadora) e produtora de desigualdades. Os movimentos sociais que emergem na busca pela solução dos problemas daí gerados têm fundado uma territorialidade distinta, porquanto, se baseiam numa distinta apropriação e uso do território. São, nesse sentido, socioterritoriais, para além das diferenças entre rural e urbano.

Fernandes (2000) em seu artigo “Movimento social como categoria geográfica”, apresenta-nos o conceito de *movimentos socioespaciais* para referir-se àqueles movimentos que têm o espaço, ou seja, a construção de um espaço como sua maior meta, o que desembocaria na construção e delimitação de um território cidadão, que se faria através de lutas e conquistas. Assim, Fernandes (2000) diferencia os movimentos socioespaciais daqueles movimentos cujos desejos não ultrapassam demandas emergenciais e pontuais, os quais Souza (2006) cunhou de ativismos.

O ponto mais alto do artigo de Fernandes foi a apresentação da temática dos movimentos sociais a partir de dois processos geográficos: o de espacialização e o de territorialização. A espacialização do movimento foi apresentada e reforçada em sua importância para as lutas sociais, porque é no espaço ocupado e delimitado que se constrói o lócus de resistência, e é a partir dessa espacialização que os movimentos se territorializam através das práticas diárias das atividades de um acampamento, assentamento ou uma ocupação, ou seja, o processo de espacialização se dá no espaço tal como ele é, enquanto o movimento de territorialização “[...] é criador de novas territorialidades, na medida que elas transgridem e ultrapassam, mesmo que apenas um pouco, as estruturas herdadas do espaço geográfico, até agora estabelecidas” (MARTIN, 2002, p. 23).

Segundo Pedon (2009), foi no decorrer da década de 1980 que teve início uma série de publicações sobre movimentos sociais no seio da geografia o que se deveu sobretudo, segundo o mesmo autor, à adoção do marxismo “[...] como embasamento teórico-metodológico por parte dos geógrafos e estudantes de geografia” (p. 26). Naquele período, os movimentos reivindicatórios das associações de moradores e o movimento operário foram os que tiveram a grande atenção por parte dos geógrafos.

Entretanto, vale ressaltar que, na década de 1960, nomes como os de Josué de Castro e Manuel Correia de Andrade haviam registrado as ações das Ligas Camponesas. Estes geógrafos, segundo Pedon (2009, p. 25), “[...] romperam com o ostracismo da geografia com relação aos movimentos sociais”, utilizando-se de bases teóricas externas à ciência geográfica, principalmente da parte da sociologia e da história. Nesses pioneiros

estudos geográficos sobre movimentos sociais, o espaço foi percebido através da descrição da espacialização do movimento, como o das Ligas Camponesas, quando Andrade descreveu a extensão e o alcance desse movimento no Nordeste brasileiro (ANDRADE, 1964 *apud* PEDON, 2009).

Os trabalhos desses dois geógrafos e críticos de suas realidades, inovaram ao apresentar, na geografia da época, temáticas diferenciadas daquelas mais comuns na geografia, ainda muito ligadas à tendência neopositivista, sendo os temas predominantes da época: “processo de urbanização; funções regionais e zonas de influência; projeção espacial de cidades em área de influência; regiões polarizadas e homogêneas; estudo de centros industriais; definição estatística de regiões agrícolas [dentre outros]” (PEDON, 2009, p. 69).

Na década de 1980 foi publicado, pela primeira vez, numa revista de Geografia, um escrito de um geógrafo que tratava diretamente do tema dos movimentos sociais. De acordo com Pedon (2009), esse texto inaugural foi de autoria da geógrafa Myrna T. Rego Viana intitulado “Algumas reflexões sobre a luta pela terra nas cidades”, cujo objetivo foi mostrar como o processo migratório do campo para a cidade aumentou as fileiras de subempregados e desempregados que, marginalizados, adotaram a ocupação como medida específica de luta pela terra. Desse modo, o espaço foi considerado numa perspectiva de grande disputa, não por grupos antagônicos quanto aos seus interesses, mas por indivíduos desarticulados⁶ que compartilhavam o mesmo desejo de participar da cidade.

Em 1984, no trabalho intitulado “Aos trabalhadores nem o bagaço” o geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira levou a temática dos movimentos sociais para a Geografia Agrária, ao analisar as condições de exploração a que eram submetidos os trabalhadores rurais de canaviais e laranjais no interior de São Paulo. O que culminou numa grande manifestação de resistência, desencadeando numa greve descrita pelo autor (PEDON, 2009).

Já nos finais dos anos 1980 foi publicado pelo geógrafo Marcelo Lopes de Souza sua dissertação de mestrado intitulada “O que pode o ativismo de bairro? Reflexão sobre as limitações e potencialidades do ativismo de bairro à luz de um pensamento autonomista”, no qual o autor enfatizou a importância da base territorial para a formação e coesão do movimento social.

⁶ O termo desarticulado foi empregado no sentido de não formarem um grupo que se pudesse constituir como um movimento social urbano de luta pelo seu lugar na cidade.

Este autor, ao estudar os movimentos sociais à escala do bairro, na da associação dos moradores, ressaltou a contribuição do espaço dividido por um grupo cotidianamente, para a formação de uma “identidade social capaz de suplantando diferenças culturais e de poder aquisitivo” (SOUZA, 1988 *apud* PEDON, 2009, p.85).

Assim, uma das principais contribuições que os geógrafos deram à compreensão dos movimentos sociais foi a assunção da base territorial também como condicionante dos movimentos sociais, voltando o olhar para a escala da vida onde estão as possibilidades para o despertar de uma auto-consciência capaz de gerar mudanças.

Para Pedon, “por mais que os movimentos sociais urbanos abriguem uma gama variada de situações, eles surgem das contradições manifestadas no cotidiano da população mais carente na sua condição de morador, aquele que compartilha, em conjunto, do espaço da morada” (PEDON, 2009, p. 85).

Pois, como assinalou Martin (2002),

[...] as resistências locais à globalização são integradas numa dinâmica subversiva da busca da solidariedade social baseada na inscrição do espaço de uma coletividade de atores locais: para querer remanescer, para estar junto, num mesmo território, para viver no lugar certo (p. 15).

Dessa forma, fica reforçada aqui a importância da territorialidade criada e vivida por cada grupo social na cidade, enquanto lócus do despertar da realidade concreta ao desejo de uma outra realidade. Com efeito:

A formação de um território dá às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentido da territorialidade que, de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre elas. (ANDRADE, 1995, p. 20).

Segundo Martin (1997), a criação de novas territorialidades acontece paradoxalmente no seio da globalização. Pois, ao mesmo tempo em que este fenômeno tenta “homogeneizar” tecnicamente o espaço, fragmentando-o, em função da seletividade espacial, fornece condições para a formação e consolidação do movimento social, na medida em que é criador de espaços tão contrastantes no urbano e no rural. Não querendo dizer com isso que toda condição de pobreza desencadeia-se em movimento social, mas que é na escala do local, no território de vida das pessoas, que a força do poder hegemônico se institui e se materializa. Mas é também nessa mesma escala, e, às vezes, com o mesmo impulso, que emerge a força contra-hegemonica, sob a forma de movimentos sociais (PEREIRA, 2008). Pois, como assinalou Martin, “[...] a insistência da ideologia globalitária não pode esconder o paradoxo seguinte: no contexto da globalização,

observa-se também o desenvolvimento de novos movimentos sociais, de resistência e contestação, de várias escalas” (MARTIN, 2002, p. 14).

Com efeito, essas forças contra-hegêmicas de resistência surgem em territórios “não pertencentes à lógica capitalista de construção da cidade”⁷, onde os movimentos reinventam o seu lugar “a partir da sua capacidade em espacializar e territorializar sua luta na cidade”, (MARTIN, 1997, p. 28), pois, assim como assinalou este mesmo autor interpretando Foucault:

O poder sempre é exercitado a partir de inúmeros pontos, no jogo de relações inigualáveis e móveis. E, onde há poder, há necessariamente também resistências [...]. E, como essas lutas são distribuídas em pontos e focos de formas irregulares, há, de fato, uma geografia muito específica dos conflitos localizados, e os movimentos socioespaciais são assim [ou devem ser] pensados em sua espacialização e territorialização (MARTIN, 1997, p. 25).

Desta forma, cabe à mesma Geografia, que estuda os movimentos sociais territorializados, produtores de espaços contrastantes com a lógica capitalista, analisar e explicar os confrontos de poder que se realizam na menor escala da vida (MARTIN, 1997). Isto porque pois os lugares “verdadeiramente vividos” tornam-se palco de cooperação e conflito, pela superposição dialética de sucessões entre “os tempos externos das escalas superiores e o eixo dos tempos internos, que é o eixo das coe-xistências” (SANTOS, 2006, p. 218). E continua:

No lugar - um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições - cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contiguidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade. O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade (SANTOS, 2006, p. 218).

E, compreendendo que a sociedade é caracterizada por diferentes modos de estar-juntos, como nos propõe Gonçalves (2006), a Geografia assumiu o papel crucial de mergulhar e interpretar as significações e resignificações dadas pelas pessoas aos seus territórios construídos e reconstruídos no processo de viver de cada dia. Pois, como nos disse Badie, “[...] a mundialização não apaga os lugares nem a sacralização da terra e de

⁷ As aspas indicam que nesses territórios não foram dilaceradas as práticas e identidades territoriais. Nas palavras de Ribeiro (2005) territórios onde as “práticas societárias [...] [não são mantidas por] códigos de competitividade, do consumismo e do individualismo”. Sendo estes vistos como obstáculo a expansão capitalista na cidade. Pode-se dizer que esses lugares dão suporte a territorialidades dos homens lentos de que fala Milton Santos (2006, p. 220).

sua história, pois a busca identitária retoma todo seu vigor (BADIE, 1995, *apud* SPOSITO, 2004, p. 114),”

Portanto, os conflitos dão-se a partir do espaço, no espaço e para construção de um espaço mais justo, posto que a promessa do global não alcança todas as demandas territorializadas, daí o porquê dos movimentos territorializados, cujas práticas e ambições muitas vezes ultrapassam a dimensão social, alcançando a dimensão espacial (MARTIN, 1997). Quando os movimentos alcançam a dimensão socioespacial de sua luta, deixam de perceber o espaço como elemento externo à sociedade, e a dimensão de sua luta galga para além do acesso à moradia e ao trabalho.

Em sendo assim, os geógrafos assumem a interessante e complementar análise e interpretação dos movimentos sociais – regionais, rurais e urbanos – a partir da ótica do território, considerando que é **no** território a partir das práticas sociais cotidianas territorializadas e, a partir **do** território na tomada de consciência da sua condição na cidade que a sociedade civil organizada sob a forma de movimento social, considerado aqui como agente de transformação do espaço⁸, poderá mudar sua condição de existência vigente.

O que se dá através da recusa de reproduzir, em seu território de vida, comportamentos impostos de uma ordem distante (SANTOS, 2007), que possui como meta criar territorialidades alienadas, através da construção de geo-grafias orientadas pela técnica e matematização, posto que a intencionalidade dos agentes que tomam decisões não considera o espaço vivido (GONÇALVES, 2002). Entretanto, a consideração deste espaço e o fortalecimento de memórias coletivas pode apontar para:

[...] novas conotações e espessura simbólica possibilitando a afirmação tendencial de um outro mapa, elaborado por geo-grafias [...] das resistências culturais e das lutas políticas que marcam trajetos, criam caminhos, interrompem fluxos desejados pelas classes dominantes e elaboram territorialidades [não alienadas]” (RIBEIRO, 2005, p. 269).

A este respeito, podemos acrescentar outros elementos que podem contribuir para a compreensão da complexidade dos movimentos sociais, articulando as escalas do seu acontecer, como totalidade em permanente processo de totalização, em algum sentido:

Movimentos sociais podem, de toda sorte, a longo prazo e por efeito cumulativo complexo, provocar alterações dignas de nota, rupturas. Assim, uma luta pontual e, em si, temática e socialmente limitada, pode polinizar outras lutas e ajudar a instaurar uma sinergia transformadora;

⁸ “É muito raro que se pense na ação da própria sociedade civil, sob a forma de ativismos sociais (de associação de moradores a grupos de *hip hop* e organizações sem-teto) como uma fonte de soluções criativas e como indicadoras de possíveis caminhos para a superação de problemas” (RODRIGUES, s/d, p. 11-12).

ademais ela pode permitir aos atores uma ampliação de sua margem de manobra contra os efeitos mais alienantes do processo de globalização hoje em curso – o que, dialeticamente, pode vir a ser um fator sustentador de um avanço, da consciência crítica dos atores e de seu potencial de combate (SOUZA, 1995, p. 109).

Desta forma, cabe grifar que os geógrafos que se dedicam(ram) à temática dos movimentos sociais possuem um papel social crucial, na medida em que, além de revelar um novo prisma para observação e análise dos movimentos sociais, no âmbito espaço-territorial, reforça o papel dos movimentos sociais na construção de futuros alternativos a partir do seu respectivo espaço vivido, por meio do qual suas ações poderão alcançar a multiescalaridade.

Desse modo, os geógrafos abriram novas frestas, através das quais estudiosos das mais diversas áreas puderam enxergar a natureza das lutas urbanas, tomando como ponto de partida a reflexão acerca dos movimentos sociais na sua escala local, na do território em sua totalidade. E isto, compreendendo o espaço vivido (pelo movimento) a partir da cotidianidade e, ao mesmo tempo, da relação direta entre esse território e a ordem global, levando em conta o jogo de poder, o mercado, as resistências localizadas, as relações face-a-face, de vizinhança etc. Considerando, por sua vez, esses últimos ingredientes essenciais para a construção de uma coletividade que poderá caminhar para uma mudança libertária, constituindo-se como forte obstáculo à realização das práticas capitalistas que culminam na fragmentação e construção de “espaço vazio”⁹.

A ordem global funda as escalas superiores ou externas à escala do cotidiano. Seus parâmetros são a razão técnica e operacional, o cálculo de função, a linguagem matemática. A ordem local funda a escala do cotidiano, e seus parâmetros são a co-presença, a vizinhança, a intimidade, a emoção, a cooperação e a socialização com base na contiguidade (SANTOS, 2006, p. 231).

Considerando, assim, a complexidade do espaço territorializado, a Geografia desempenha uma contribuição crucial, pois a partir desta é possível religar o “[...] local e o mundial, o individual e o social, o privado e o público”, ligações essas afrouxadas pela pressão do processo de mundialização (MARTIN, 2002, p. 15).

Dessa forma, cabe aos estudos geográficos sobre movimentos sociais em geral, refletir sobre os diversos papéis que o espaço - neste caso o urbano - exerce sobre as práticas dos movimentos sociais, pois o espaço geográfico não atua apenas enquanto motor para a luta, mas atua simultaneamente numa relação “propulsão/contenção” para

⁹ Não significa espaço sem formas, sem fluxos, mas espaços que são usados pelas pessoas sem que ali haja relação íntima entre homem/meio, homem/homem capaz de criar sentimento de pertencimento. Espaço esse objetivado pelas forças capitalistas em tempos de globalização.

com essas práticas sociais. Estas são, portanto algumas contribuições da geografia à leitura dos movimentos sociais urbanos.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo dos movimentos sociais ainda é um tema pouco explorado no âmbito da ciência geográfica. No entanto, os estudos geográficos realizados sobre esta temática incorporam uma nova forma de abordagem, compreendendo esses movimentos a partir da sua dimensão espaço/territorial.

Nas análises geográficas sobre movimentos sociais, o espaço é considerado enquanto elemento intrínseco à sociedade; motor para as ações; fator crucial à concretização das ações; base material que garante a visibilidade do movimento. Assim, a produção geográfica sobre movimentos sociais inova ao partir da compreensão de território, enquanto espaço vivido, e não meramente palco e reflexo das ações sociais.

Enquanto o espaço urbano em sua materialidade (formas estruturais) e fugacidade (desejos, valores culturais, dentre outros) desempenha diversos papéis na prática dos movimentos sociais, seja enquanto palco, convite, limite e condição às práticas sociais, cabendo aos movimentos apropriar-se do espaço para almejar, lutar e concretizar suas ações. Pois, o espaço territorializado do desenrolar da vida das pessoas e das práticas de lutas sociais é o lócus de imbricação entre ordens nas escalas local e global.

Na globalização os espaços de fluxos globais e os espaços de resistências, co-existem numa mesma fase de globalização, na qual há relação e interdependência entre os tempos rápidos e lentos, os espaços da fluidez e viscosidade, luminosos e opacos (SANTOS, 2003; SANTOS & SILVEIRA, 2008).

Cabe, então, à Geografia continuar a deslindar a realidade dos territórios vividos no âmbito dos movimentos sociais, contribuindo para re-ligar os fragmentos materiais e imateriais produzidos pela racionalidade instrumental capitalista de acordo com os interesses inerentes ao processo de construção dos territórios cidadãos.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manuel Correia. **A questão do território no Brasil**. São Paulo:Hucitec; Recife: IPESPE, 1995.
- BITOUN, Jan. **Movimentos Sociais e a Cidade**: questões relevantes para a geografia urbana. In: FISCHER, Tânia (org) *Poder Local: Governo e Cidadania*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1993.
- CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de Castilho. **Movimentos sociais urbanos e construção do espaço do cidadão em lugares pobres do Recife/PE**: uma história dos movimentos de bairro, conquistas e impasses, na busca da construção da cidadania. *Revista de Geografia*, Recife, v. 19, n. 2, p. 29-61, jul/dez. 2002.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimento social como categoria geográfica**. *Revista Terra Livre*, São Paulo, n. 15, p. 59-85, 2000.
- GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1997. 383p.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Da geografia às geo-grafias**: um mundo em busca de novas territorialidades. In: CECENIA, Ana Esther & SADER, Emir. (Org)\ *La Guerra Infinita: Hegemonía y terror mundial*. CLACSO. 2002.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **A geograficidade do social**: uma contribuição para o debate metodológico para os estudos de conflitos e movimentos sociais na América Latina. *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Três Lagoas MS*, V 1, n. 3, ano 3, p. 5-26, maio. 2006
- JACOBI, Pedro Roberto. **Movimentos Sociais – teoria e orática em questão**. In: WARREN, Ilse Scherer & KRISCHKE, Paulo J. (Org.) *Uma revolução no cotidiano?* Os novos movimentos sociais na América do Sul. São Paulo: Brasiliense, 1987, 2ª parte p.246-275.
- MARTIN, Jean-Yves. **A Geograficidade dos Movimentos Socioespaciais**. *Caderno Prudentino de Geografia*, Presidente Prudente, n. 19/20, p. 26-41, nov. 1997.
- _____. **Uma geografia da nova radicalidade popular**: algumas reflexões a partir do caso do MST. *Revista Terra Livre*, São Paulo, ano 18, n. 19, p. 11-36, jul./dez. 2002.
- NICHOLLS, Walter J. **The Urban Questions Revisited**: the importance of cities social movements. *International Journal of Urban and Regional Research*, p.841- 859, Oxford, 2008. (meio digital)
- PEDON, Nelson Rodrigues. **Movimentos Socioterritoriais**: uma contribuição conceitual à pesquisa geográfica (Tese de Doutorado). Presidente Prudente: [s.n], 2009.
- PEREIRA, Eduardo Tadeu. **Boaventura de Souza Santos e a Sociedade Civil em Tempos de Globalização**. *Revista Filos*, Curitiba, v. 20, n.26, p. 113-126, jan/jun. 2008.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Outros Territórios, Outros Mapas**. In: *Observatório Social da América Latina*. Buenos Aires, n. 6, ano 6, jun. 2005.
- RODRIGUES, Glauco Bruce. **Orçamento participativo e movimento hip hop**: duas formas distintas de protagonismo sócio-espacial. Disponível em: <http://www.geografia.ufri.br/nuped/textos/orcamentoparticipativomovimento.pdf>>. Acesso em 29 abr. 2010.
- SANTOS, Milton. **Saúde e Ambiente no Processo de Desenvolvimento**. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, n. 1, v. 8, p. 309-314, 2003.
- _____. **A Natureza do Espaço**. 4.ed. 2.reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. 259p.
- _____. **O Espaço do Cidadão**. 7. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007. 176p.
- _____. **Por uma Geografia Nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- _____& SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SMITH, Neil. **Geografia, diferencia y políticas de escala**. *Revista Terra Livre*, São Paulo, ano 18, nº 19, p. 127-146, jul./dez. 2002.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **A prisão e a ágora**: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. **O território**: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. CASTRO, I. E.

de et al. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

TATAGIBA, Luciana. **Movimentos sociais e sistema político**. Um diálogo (preliminar) com a literatura. In: 6º Encontro da ABPC, jul/ago 2007, São Paulo – Campinas.

Artigo recebido em 20/04/2012 e aceito em 15/05/2012